

Crédito garante terra para trabalhador rural

Programa destina R\$ 30 milhões para 2 mil famílias no setor agrícola capixaba

RITA BRIDI

O Espírito Santo terá R\$ 30 milhões no programa de combate à pobreza rural. Os recursos serão utilizados para financiar a compra de terra e equipamentos para 2 mil famílias capixabas, nos próximos 36 meses. A meta, neste ano, é o atendimento a 500 famílias. O limite para cada família é de R\$ 15 mil e o prazo para o pagamento do financiamento é de 20 anos.

Os recursos virão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com apoio do Banco Mundial e da confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O programa terá investimentos totais de R\$ 400 milhões para atender cerca de 50 mil famílias em 14 Estados.

Na Região Sudeste, apenas Minas Gerais e Espírito Santo foram contemplados e o número de famílias nos dois Estados é de 5 mil. O Espírito Santo garantiu R\$ 30 milhões para o atendimento a 2 mil famílias, informou o presidente do Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (Ipes), Guilherme Henrique Pereira.

O Ipes é o executor do projeto e responsável pela criação da Unidade Técnica Estadual (UTE). Vários órgãos do Governo estadual estarão atuando em parceria para o desenvolvimento do programa, explicou o presidente do Ipes. Os recursos ficarão depositados no Banco do Brasil e serão liberados à medida em que o Ipes emitir autorização específica.

Associações

O secretário estadual da Agricultura, Marcelino Fraga, explicou que os interessados em participar do programa já podem participar das associações que estão sendo organizadas nos municípios. O valor de R\$ 15 mil é suficiente para a aquisição de uma área equivalente a dois alqueires, mas a expectativa é que os trabalhadores rurais se reúnem formalmente em associações para viabilizar a compra de uma área maior.

Marcelino Fraga explicou que é difícil encontrar áreas pequenas no meio rural. A formação de associações, acredita, irá agilizar a implantação do programa. O secretário sugeriu aos interessados que procurem se informar nos sindicatos, nos conselhos municipais e em outras entidades sobre os documentos necessários para a formação de associações.

No Espírito Santo, mais de 15 mil pessoas se inscreveram pelos Correios, para participar dos programas de assentamen-



Carlos Alberto

Parceria

Marcelino Fraga (esquerda) e Guilherme Henrique Pereira: dois alqueires por fa-

tos rurais. Na avaliação do titular da Seag, entretanto, apenas cerca de 5 mil pessoas têm aptidão para trabalhar na área rural. Ele enfatizou que além de conseguir uma área a família precisa saber trabalhar, ter vocação para trabalhar na terra e garantir o sustento da família.

O presidente do Ipes lembrou que no Estado, entre 1983 e 2000, foram assentadas 2,8 mil famílias. O programa de combate à pobreza rural tem como meta assentar 2 mil famílias em 36 meses. A diferença é que nos assentamentos feitos pelo Incra, o assentado recebe a área que é desapropriada pelo Governo federal e neste programa a área é financiada em 20 anos.